

ASPECTOS LINGÜÍSTICOS NA ESCRITA DE ACADÊMICOS DE DIREITO: ESTRATÉGIAS DE ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA A PARTIR DE ELEMENTOS GRAMATICAIIS

Bruno Gomes Pereira (UNIAN, UNIA, UNIB e USP)
b.gomes@kroton.com.br

RESUMO

A escrita no campo jurídico é um assunto pouco discutido no contexto dos debates acadêmicos, ainda que a prática redacional seja um diferencial expressivo durante a formação inicial do futuro profissional jurídico. Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar aspectos linguísticos em textos dissertativos produzidos por acadêmicos de um curso de Direito. A fundamentação teórica está alojada no campo da Linguística Textual (LT), ramificação dos estudos linguísticos que problematiza o texto enquanto célula central de interação. A metodologia é do tipo intervencionista de abordagem qualitativa. Os dados foram coletados durante uma intervenção, em formato de oficina, junto a acadêmicos do curso de Direito, ofertado por uma instituição de ensino superior privado, localizada no município de Santo André, na região metropolitana de São Paulo. A referida oficina de produção de textos teve 10 encontros, por meio dos quais foram elaboradas 6 produções redacionais, as quais constituem os dados desta pesquisa. A investigação revela uma escrita com alguns desvios gramaticais, que, consequentemente, acabam prejudicando a sequência argumentativa dos textos analisados.

Palavras-chave:

Escrita Jurídica. Texto Argumentativo. Curso de Direito.

ABSTRACT

Writing in the legal field is a subject little discussed in the context of academic debates, even though writing practice is a significant differentiator during the initial training of future legal professionals. Therefore, the objective of this work is to analyze linguistic aspects in dissertation texts produced by academics from a Law course. The theoretical foundation is housed in the field of Textual Linguistics (TL), a branch of linguistic studies that problematizes the text as a central cell of interaction. The methodology is of the interventionist type with a qualitative approach. The data were collected during an intervention, in a workshop format, with academics from the Law course, offered by a private higher education institution, located in the municipality of Santo André, in the metropolitan region of São Paulo. The aforementioned

text production workshop had 10 meetings, through which 6 writing productions were created, which constitute the data for this research. The investigation reveals writing with some grammatical deviations, which, consequently, end up damaging the argumentative sequence of the analyzed texts.

Keywords:

Argumentative Text. Law Course. Legal Writing.

1. Introdução

Várias pesquisas acadêmicas problematizam o uso da escrita enquanto eixo de norteamo de práticas sociais. Isso porque, em uma sociedade grafocêntrica, esta modalidade da língua exerce grande influência social, considerando o seu prestígio junto a todos os domínios de interação humana (Koch; Travaglia, 1997).

Nesse sentido, ao redirecionarmos nossa discussão ao contexto jurídico, a escrita ganha contornos fundamentais à prática da interação forense, bem como à manutenção das inserções sociais enquanto medidas de argumentação e persuasão dos enunciadore envolvidos. Com isso, o manejo consciente do processo redacional passa a ser visto como algo obrigatório ao profissional do Direito, o qual encontra na escrita a sua única maneira de interação primeira com o juiz, o que reforça a necessidade de domínio desta modalidade, seja em seu aspecto ideológico seja em seu aspecto linguístico (Pereira; Alves, 2024; Pereira; Morilas, 2024; Pereira *et al.*, 2024).

Diante disso, este trabalho tem com objetivo analisar aspectos linguísticos em textos dissertativos produzidos por acadêmicos de um curso de Direito. O propósito, nesse caso, é mensurarmos o desenvolvimento de práticas de argumentativos nas produções textuais elaboradas durante um curso de qualificação da escrita desses acadêmicos.

Optamos por considerar, nesta pesquisa, a dimensão linguística, pois entendemos que a utilização consciente dos elementos léxico-gramaticais pode ser um fator positivo no processo da reda-

ção desses participantes (Pereira; Alves, 2024; Pereira; Morilas, 2024; Pereira *et al.*, 2024).

A fundamentação teórica está alojada no campo da Linguística Textual (LT), ramificação dos estudos da linguagem que problematiza o texto enquanto célula central de interação. Nesse caso, nos interessamos mais diretamente às discussões sobre texto e textualidade, sendo, então, propriedades lógico-semânticas, mas também léxico-gramaticais de argumentos comumente elaborados dentro de contextos reais de interação (Koch, 2005; Koch, 2003; Koch, 1998; Koch; Travaglia, 1997).

A metodologia é do tipo intervencionista com abordagem qualitativa. Isso porque a pesquisa articula práticas de observação, a princípio, e de proposição, posteriormente. Assim, se torna possível conferir condições de construção de uma determinada verdade a partir dessa imersão (Bortoni-Ricardo, 2008; Flick, 2004; Severino, 2007).

Em tempo, os dados foram gerados por intermédio de uma oficina de escrita aplicada a estudantes do curso de Direito, ofertado por uma instituição de ensino superior privada, localizada no município de Santo André, estado de São Paulo. A referida intervenção teve 10 encontros, por meio dos quais foram elaboradas 6 produções redacionais, que constituem os dados desta pesquisa.

Por meio do percurso teórico metodológico descrito acima, esperamos responder a seguinte pergunta de pesquisa: *Quais são os recursos linguísticos utilizados em textos dissertativos produzidos por acadêmicos do curso de Direito que denotam argumentos persuasivos?*

Em síntese, esperamos que esta pesquisa possa servir como ponto de partida para demais investigações sobre escrita no contexto do ensino superior. Entendemos que esta modalidade é de suma importância para a nossa sociedade, considerando, pois, a natureza grafocêntrica da nossa cultura.

2. *Diálogos Teóricos*

Nesta seção, apresentamos uma breve revisão da literatura especializada, com vistas a entendermos um pouco mais acerca dos saberes teóricos mobilizados neste trabalho. Para tanto, levamos em consideração o texto e a textualidade como peças fundamentais das discussões travadas aqui.

Em tempo, entendemos que a LT é uma das correntes teóricas mais tradicionais no que se refere à discussão científica sobre a escrita. Isso porque o seu foco de investigação é o texto, mais especificamente em sua modalidade redacional, ainda que também haja algumas discussões sobre a oralidade nesse âmbito, porém sem muita densidade (Koch, 2005; Koch, 2003; Koch, 1998; Koch; Travaglia, 1997).

De acordo com Koch (2005; 2003), a LT exerce função precípua nos estudos sobre texto e textualidade, já que se interessa pela referida temática em todas as fases de elaboração escrita. Assim, neste trabalho, estamos entendendo como complementares a noção de escrita e de textualidade, já que nos interessamos aqui especificamente pelo texto escrito de natureza argumentativa.

A Figura 1 caracteriza a percepção teórica que apresentamos neste trabalho.

Figura 1: Articulações teóricas.



Fonte: Autoria Própria.

A Figura 1 é constituída por 3 esferas que se mostram sobrepostas em algumas de suas partes. Estas, por sua vez, sugerem zonas fronteiriças por meio das quais desenvolvemos nossas discussões analíticas. No centro, temos a “Linguística Textual”; na esfera superior, temos o “Texto”; já na esfera inferior, temos a “Textualidade”.

Estamos entendendo o *texto* como uma unidade de sentido capaz de estabelecer interação dentro de um determinado contexto social. Dessa maneira, passamos a compreendê-lo como célula central da análise linguística, ao passo que o contexto passa a ser visto como todo o entorno que proporcionou a elaboração do texto. Trata-se, portanto, de uma visão sociointeracionista, que agrega à noção de texto o pressuposto da construção de teias relacionais que costuram a prática humana (Koch, 2005; Koch, 2003; Koch, 1998; Koch; Travaglia, 1997).

O texto a que estamos nos referindo é o escrito de natureza argumentativa, que se caracteriza justamente pela proposta de dissertar acerca de alguma temática proposta. No campo jurídico, a argumentação é uma prática necessária, já que o profissional forense lida diariamente, no contexto da sua profissão, com a habilidade da persuasão, utilizando-se na modalidade redacional da língua como primeiro contato (Pereira; Alves, 2024; Pereira; Morilas, 2024; Pereira *et al.*, 2024).

Nesse caso, estamos entendendo a escrita argumentativa como uma estratégia de persuasão por intermédio do processo redacional da língua que, de acordo com a LT, ajuda na prática de interação humana. Isso porque estamos argumentando e contra-argumentando o tempo inteiro, já que é da essência do ser humano posicionar-se e procurar convencer o seu interlocutor de algo (Koch, 2005; Koch, 2003; Koch, 1998; Koch; Travaglia, 1997).

Por outro lado, temos a textualidade que, neste aspecto, assume função textual, mas também semântica. Portanto, trata-se de uma propriedade de sentido que torna o texto um texto, ou seja, torna-o inteligível e interpretável. Com isso, pensar um texto sem textualidade é algo que não procede, já que, para assumir função

de instrumento comunicativo, este precisa ser dotado de textualidade (Koch, 2005; Koch, 2003; Koch, 1998; Koch; Travaglia, 1997).

A textualidade, por sua vez, é constituída por diversos segmentos lógico-semânticos. Dentre eles, os mais famosos são a coerência textual e a coesão textual. A primeira tem propriedade semântica, já que opera na construção de sentidos do texto a partir de uma relação com o contexto em que se está situado. Já a segunda tem natureza linguística, funcionando como articuladora das palavras na superfície do texto (Koch, 2005; Koch, 2003).

Neste trabalho, não é nossa intenção desenvolver uma discussão teórica exaustiva acerca dos conceitos de coesão e de coerência. Para maiores informações, consultar os trabalhos de (Fávero, 1995; Bastos, 2001; Costa Val, 1999).

Em tempo, reforçamos que o olhar que lançamos sobre o texto é fundamental para que as análises sejam entendidas. Isso porque, quando o entendemos enquanto um recurso de interação humana, a habilidade no manejo da escrita torna-se fundamental para se fazer entender.

3. *Percurso Metodológico*

Nesta seção, caracterizamos o percurso metodológico da pesquisa. Para tanto, consideramos o tipo e a abordagem da investigação, sendo estes pontos de suma importância para a compreensão do caminho que percorremos até chegar aos dados.

Esta pesquisa foi desenvolvida junto a acadêmicos do Curso de Direito ofertado por um Centro Universitário, localizado no município de Santo André, no ABC Paulista¹. A referida instituição é particular e multicurso, ou seja, oferta diversos cursos de graduação nas áreas de saúde, tecnologia, ciências sociais aplica-

¹ Macrorregião localizada na parte metropolitana da capital paulista, constituída pelos seguintes municípios: Santo André – SA, São Bernardo do Campo – SBC, e São Caetano do Sul – SCS.

das e exatas. Somado a isso, é uma instituição que ajuda a compor o Grupo Cogna Educacional, sendo a maior unidade localizada na cidade já mencionada.

A pesquisa é de natureza intervencionista qualitativa, pois é orientada pela iniciativa de intervenção junto ao acadêmico de Direito em sala de aula. Este tipo de pesquisa se caracteriza por oferecer ao pesquisador condições de acompanhar o processo de investigação, sua prática diária sendo, portanto, uma iniciativa ligada à subjetividade do comportamento humano (Bortoni-Ricardo, 2008; Flick, 2004; Severino, 2007).

Em tempo, para aplicação desta investigação, contamos com o financiamento da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (FUNADESP).

4. Resultados e Discussão

Nesta seção, apresentamos os resultados e discussão da pesquisa. No entanto, é pertinente reforçar que os dados aqui caracterizados foram selecionados a partir do *corpus* em sua inteireza. Isso nos ajuda a sistematizar as ideias e também garantir momentos vindouros de interlocução.

Selecionamos 2 excertos que nos ajudam a pensar na sistematização do processo redacional dos estudantes de Direito. Como a intervenção da pesquisa foi experienciada por 2 estudantes, cada fragmento corresponde ao resultado final da pesquisa junto aos referidos participantes.

Abaixo, o Fragmento 1.

São necessárias políticas públicas para garantir o acesso das mulheres trans à justiça e proteção. Embora haja avanços, é necessário enfrentar os desafios para assegurar os direitos dessa população. (Participante 1)

Do ponto de vista textual, é importante considerarmos os elementos em destaque (“para” e “embora”). Ambos são operadores argumentativos que ajudam na sequencialização das ideias no

texto. O primeiro estabelece uma relação de finalidade, enquanto o segundo, de concessão (KOCH; TRAVAGLIA, 1997).

No que se refere ao “para”, ao garantir uma ideia de finalidade, atribui às políticas públicas a iniciativa de exclusividade às mulheres trans. Isso porque estas passam a ser gramaticalmente entendidas como público-alvo do argumento, exercendo uma tentativa de exequibilidade do argumento (KOCH, 2005).

Já o elemento “embora” para contribuir para uma espécie de contradição, já que, ao mesmo tempo que o autor reconhece a necessidade de políticas públicas, afirma também que é necessário avanços. Evidentemente, do ponto de vista gramatical, a concessão consiste exatamente nisso, porém, da maneira como a sentença foi escrita, a ideia de incoerência parece se sobrepor ao argumento (KOCH, 2003).

Abaixo, o Fragmento 2.

A Lei Maria da Penha continua sendo um marco para as mulheres que vivenciam a violência, muitas vezes, diária. Esta lei traz uma esperança de mudança, denuncie pelo 180 , seu contato ficará no sigilo.

Textualmente, a expressão “denuncie pelo 180” parece não estar conectada ao argumento anterior, o que parece gerar um problema de coesão textual. Em outros termos, o autor do texto poderia ter lançado mão de algum operador argumentativo que pudesse concatenar as ideias adequadamente, o que evitaria desvios e dificuldades de entendimento da redação (Koch, 1998).

5. *Considerações finais*

Este trabalho apresentou um percurso de análise a partir de excertos produzidos por estudantes de Direito durante uma intervenção. No entanto, frisamos que estes recortes foram extraídos da etapa final da pesquisa, o que significa dizer que se referem ao estágio final da qualificação da escrita.

Os resultados mostram dificuldades no manejo de elementos linguísticos de natureza lógico-semântica, o que prejudica o

entendimento do argumento escrito. Assim, a prática redacional apresentou-se frágil e com dificuldades na concatenação das ideias propostas.

Esperamos que este trabalho possa ter desdobramentos futuros, de maneira a assegurar a problematização da escrita jurídica em outros aspectos. Assim, reforçamos a importância desta iniciativa intervencionista, bem como a necessidade de sua continuação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, L. K. *Coesão e Coerência em Narrativas Escolares*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BORTONI-RICARDO, S. M. *O professor pesquisador: Introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola, 2008.

COSTA VAL, M. da G. *Redação e Textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FÁVERO, L. L. *Coesão e Coerência Textuais*. São Paulo: Ática, 1995.

FLICK, U. *Uma introdução à Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2004.

KOCH, I. V. *A Coesão Textual: Mecanismos de constituição textual, a organização do texto, fenômenos de linguagem*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. *Desvendando os Segredos do Texto*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *O Texto e a Construção dos Sentidos*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____; TRAVAGLIA, L. C. *Texto e Coerência*. São Paulo: Cortez, 1997.

PEREIRA, B. G. *et al. Semiótica e Linguagem Jurídica: Um Panorama Introdutório*. In: _____. (Org.). *Pesquisas Emergentes no*

Campo das Ciências Humanas. 1. ed. Pará de Minas: Virtual Books, 2024, v. 1, p. 8-15

PEREIRA, B. G.; ALVES, C. V. P. Qualificação da escrita jurídica a partir da linguística textual e da semiótica francesa. *Revista Querubim (On-line)*, v. 20, p. 5-10, 2024.

PEREIRA, B. G.; MORILAS, L. R. Padronização Léxico-Gramatical na Escrita Jurídica a partir da Linguística Sistêmico-Funcional. *Revista Interfaces Científicas*, v. 9, p. 442-57, 2024.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2007.